

O processo de desenvolvimento sob ótica do turismo: o caso do território Centro-Sul do Paraná

Leonardo Ravaglia Ferreira Gonçalves¹

Resumo: Busca-se com este artigo trazer uma contribuição para a discussão acerca do turismo e a forma como a atividade necessita ser desenvolvida para impactar positivamente uma parcela mais ampla da sociedade e do espaço em que está inserida. Diante da análise de aspectos sociais, econômicos e culturais do Território Centro-Sul do Paraná, formalmente reconhecido como tal pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, buscaremos analisar de que forma o turismo contribui e pode contribuir para o desenvolvimento, no sentido mais amplo da palavra, desta região que possui alguns dos piores indicadores sociais do Paraná e características bem peculiares do restante do estado. A busca por políticas públicas capazes de contribuir para este desenvolvimento regional será vista de forma mais focada na realidade do território, visto que a tentativa de implantação de experiências que deram resultados animadores em algumas localidades pode não gerar os mesmos impactos positivos em outras, graças às muitas variáveis e características inerentes de cada região, que também será analisado no presente artigo.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Turismo. Território Centro-Sul do Paraná.

DESENVOLVIMENTO X CRESCIMENTO ECONÔMICO

Desde o final do século XVIII, com a Revolução Industrial, temos um modelo de desenvolvimento que gerou, indiscutivelmente, uma aceleração no processo de degradação e destruição dos meios naturais, como custo do elevado crescimento econômico dos países pioneiros nesse processo. Desde então, a natureza passa, mais do que nunca, a ser tratada como fornecedora de matéria-prima e depósito dos dejetos gerados pelo homem e pela atividade industrial em franco desenvolvimento quantitativo.

Todo esse processo gerou como consequência muitos anos depois, mais precisamente na década de 1970, a organização de significativa parcela da sociedade em torno das questões

¹ Universidade Federal do Paraná . E-mail: leonardorfg@gmail.com

ambientais, dando forma ao movimento ambientalista, com uma ampla rede de ONGs (organizações não-governamentais) e diversas instituições atuantes ao redor do mundo.

Um grande salto para o reconhecimento da importância da preservação do meio ambiente para a sociedade e seu processo de desenvolvimento se deu na Conferência Eco 92, no Rio de Janeiro, que reuniu dezenas de chefes de estado do mundo inteiro para discutir questões ambientais e a busca da sustentabilidade, termo este ainda muito recente, já que apareceu pela primeira vez no ano de 1987 no relatório da ONU (Organização das Nações Unidas) intitulado “Nosso Futuro Comum”. Neste relatório o desenvolvimento sustentável seria definido como a capacidade de se “satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1983 *apud* SAMPAIO, 2002).

Após alguns anos sem tanta visibilidade na mídia, observa-se uma retomada na discussão por parte de governos, ONGs, empresas e sociedade da necessidade da conservação do meio ambiente e dos benefícios que uma utilização mais “racional” dos recursos naturais pode proporcionar para as gerações futuras. A divulgação de estudos prevendo cenários catastróficos para a humanidade caso não se repense o modelo atual de desenvolvimento mundial combinado com a disparada no preço dos combustíveis fósseis e o imbróglio geopolítico que se sucedeu contribuíram para a busca, principalmente por parte das nações mais desenvolvidas (grandes consumidoras de recursos naturais), de um desenvolvimento visando a sustentabilidade e de soluções “alternativas” de geração de energia.

Até certo ponto vemos como positiva essa busca por parte de governos e empresas de atitudes ditas “ecologicamente corretas”, visto que começam a aparecer diversas experiências interessantes ao redor do globo, aproximando-se do conceito idealista de sustentabilidade. Apesar disso, o uso da temática ambiental com o intuito de cooptação da opinião pública bem como a diferença entre o discurso ambientalista e a prática exercida por governos e empresas gera preocupação quanto aos reais interesses que tais instituições possuem.

O modelo de desenvolvimento predominante no mundo hoje, priorizando o crescimento econômico, gera uma “polarização desenvolvimentista baseada na racionalidade econômica que não possibilita a solução de problemas fundamentais da maioria da humanidade (países menos desenvolvidos), satisfazendo apenas uma pequena maioria” (países considerados desenvolvidos) (SAMPALIO, 2002). Um dos diversos exemplos que

demonstram este fato diz respeito à criação de novas tecnologias voltadas à maximização dos lucros das empresas atrelada à diminuição do número de funcionários, o que gera consequências devastadoras, principalmente em países ditos subdesenvolvidos, como êxodo rural, desemprego, acentuação de monoculturas no campo (em alguns casos) e da desigualdade de renda.

Uma das atividades econômicas mais afetadas por este modelo de desenvolvimento é o turismo que, apesar do grande número de pessoas que emprega em todo o mundo, vê muitos de seus postos de trabalho ameaçados nesta nova ordem econômica. A seguir vemos uma citação de Moraes (2004) que explica melhor este modelo de desenvolvimento para o turismo:

(...) a “indústria do turismo” produz espaços qualitativos para consumo, delimitados e espacialmente destinados a um determinado tipo de consumo. A produção e a articulação para o consumo destes espaços são permeadas por uma lógica mercantilista que, apesar das oposições com o espaço de produção, também é sujeita à crítica marxista e se desenvolve através da “criação destrutiva” do território.

Nota-se que o poder econômico é capaz de gerar grandes modificações no espaço local, descaracterizando e muitas vezes se opondo tanto à realidade já instalada pela população autóctone, que a mesma já não considera mais aquela região como um território dela. Para ficarmos em apenas um exemplo, podemos citar o avanço das multinacionais hoteleiras por meio de grandes *resorts* no Brasil que, em muitos casos, geram lucros que dão pouco retorno à comunidade instalada, sendo que boa parte são enviados às sedes nos países de origem.

Além disso, observa-se a descaracterização do espaço em que está inserido (com a excessiva padronização dos empreendimentos), degradação ambiental (não-tratamento de dejetos, degradação da flora e fauna, empobrecimento do solo,...), descaracterização da cultura local, modificação das estruturas sociais da população autóctone das localidades receptoras (perda da autenticidade, usos e costumes), entre outros problemas.

A BUSCA POR UM PLANEJAMENTO TURÍSTICO MAIS HUMANO

Para se pensar um planejamento, inclusive turístico, que busque realmente a sustentabilidade, não podemos nos limitar a simplesmente analisar aspectos econômicos e/ou ambientais de dada região, mas sim pensar em toda a complexidade que faz com que uma

região seja da forma e com as características que possui hoje. Sachs (1986) nos propõe quatro postulados que reúnem as idéias principais do desenvolvimento sustentável. O primeiro postulado enfoca as finalidades sociais do planejamento (priorizando as necessidades materiais e psicossociais da população local), o segundo busca a valorização da autonomia do processo de desenvolvimento regional pela ação da sociedade civil organizada (por meio de conselhos, por exemplo), o terceiro prevê uma relação de simbiose com a natureza (o homem é parte da natureza e a natureza é o corpo inorgânico do homem) e o quarto postulado trata da eficácia econômica já que, sem viabilidade econômica, não há projeto que consiga se manter e desenvolver. Nota-se assim a necessidade de se planejar e trabalhar de forma harmônica e equilibrada os objetivos econômicos, ecológicos e sociais da comunidade e de seu território, de modo a dar suporte para um desenvolvimento que inclua todos os seus indivíduos.

Quanto aos problemas gerados pela chegada de grandes multinacionais e pelo advento de novas tecnologias excludentes, Schumacher (1983) *apud* Sampaio (2002) contribui com a discussão por meio de quatro proposições para as organizações e comunidades locais enfrentarem este tipo de concorrência:

- Que se criem organizações nas áreas onde as pessoas vivem agora, e não em regiões metropolitanas para as quais tendem a migrar.
- Que essas organizações, entre elas as do turismo, sejam, em média, suficientemente baratas para que possam ser criadas em grande quantidade sem exigir um nível inatingível de formação de capital e importações,
- Que os métodos de produção empregados sejam relativamente simples, de modo que a demanda de grandes qualificações seja minimizada, não apenas no processo de produção, mas também na organização, fornecimento de matérias-primas, financiamento, comercialização, entre outros.
- Que a produção seja, sobretudo, dependente de materiais locais e para consumo local.

O papel de compatibilizar os interesses públicos e privados e redistribuir as riquezas geradas pela atividade turística cabe ao Estado Central. A relação deste junto à comunidade tem que ser de forma a se evitar o paternalismo, ou seja, tratar os beneficiários simplesmente como uma comunidade assistida pelo governo, e não estimulá-los a utilizar a capacidade de cuidar de suas próprias ações. Para este estímulo da comunidade, o governo também precisa fornecer fontes e informações sobre a atividade turística de forma isenta e imparcial, de forma

que os mesmos saibam discernir sobre os diferentes aspectos que envolvem a atividade, bem como os impactos que esta gera. A formação de conselhos municipais é uma experiência que pode ser estimulada ainda mais nos municípios, ajudando a consolidar a democracia na região. No Brasil e no mundo temos diversas experiências de planejamento participativo, não necessariamente voltado para a atividade turística e com o uso de conselhos municipais, que podem servir para inspirar as atividades a serem seguidas na localidade.

Além deste papel com a comunidade, o Estado precisa buscar investimentos à região (desde que estes estejam de acordo com os preceitos da sustentabilidade) e fornecer aos investidores dados e informações que estes precisarem e fiscalizar com rigor se os investimentos estão dentro da legalidade. Este ponto costuma ser bem problemático, visto que o poder financeiro das empresas e os investimentos que estas fazem nas regiões (e os conseqüentes dividendos políticos que isto provoca) costumam atropelar qualquer boa prática de administração pública. Outro ponto que costuma atrapalhar nesta fiscalização é a falta de pessoal e/ou de infra-estrutura necessária, graças à fragilidade financeira de boa parte dos municípios do Brasil. Exatamente por esta fragilidade os municípios se vêem obrigados a criar incentivos para buscar mais investimentos com condições mais brandas (sem a devida preocupação ambiental e social, por exemplo), criando assim um círculo vicioso e difícil de ser quebrado.

As dificuldades em busca de um desenvolvimento local são muitas, principalmente em regiões degradadas e pouco desenvolvidas sócio-economicamente. Quanto a esta problemática, Cavaco (1999) comenta que são:

(...) dificuldades ligadas ao meio institucional e local desde a incompreensão do projeto pelos financiadores ou pelas autoridades centrais, o não-reconhecimento dos portadores dos projetos, a burocracia e conseqüente lentidão administrativa desmoralizadora, o conservadorismo dos atores, a sua recusa quanto à necessária formação profissional e complementar, a exclusão de certos grupos ou recusas de cooperação entre grupos (...). O desenvolvimento local assenta na revitalização e diversificação da economia, capaz de fixar e atrair população, de ocupar a população potencialmente ativa, com êxito econômico, profissional e social, de valorizar produções, de renovar as habitações e as aldeias, de assegurar melhores condições de vida, em particular aos idosos. Combinam-se freqüentemente propostas de valorização de produtos agrícolas (...).

Visto que algumas das saídas propostas para solucionar tantos problemas rumo a um desenvolvimento turístico parecerem um pouco distantes para a realidade local faz-se cada vez mais necessário a boa interlocução entre poderes público, privado e empresários. O MTur

(2007) coloca que “é preciso identificar seus impactos (do turismo) na sociedade, reconhecer seus limites como atividade econômica e desenhar estratégias que ampliem os benefícios sociais de seu desenvolvimento”. Acrescenta-se ainda que:

(...) para contribuir com essa tarefa, o conhecimento prático e do cotidiano dos atores locais é essencial. Os atores locais podem oferecer importantes contribuições sobre as possibilidades e limitações do desenvolvimento turístico regional e sobre formas práticas para superar problemáticas operacionais e estratégicas, inclusive compartilhando responsabilidades com o Estado.

Cabe salientar que o processo de planejamento não pode ser considerado um processo imutável e infalível, visto que o mero tecnicismo não é capaz de solucionar tantas variáveis existentes ao longo do processo. Rattner (1979) acrescenta que “quanto mais difundido o tratamento técnico dos problemas sociais, mais acentuada se torna a pressão da tecnocracia no sentido de reprimir a discussão política e a confrontação pública de valores e objetivos sociais”, aonde tais objetivos podem ser manipulados pelos planejadores e tecnocratas se não houver participação ativa da sociedade.

O TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Formalmente reconhecido em 2005, o Território Centro-Sul do Paraná, bem como seu Conselho Gestor, surgiu após 9 anos da constituição dos primeiros Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural dos municípios da região de Irati, fato que marca o início do processo de discussão de como deveria acontecer o desenvolvimento integrado da região. Para o Conselho Gestor, este território “é um processo de desenvolvimento sustentável que envolve treze municípios da região Centro-Sul do Paraná, caracterizado por critérios multidimensionais (...) conduzido de forma participativa buscando sua autonomia” (CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ, 2007).

Até o final de 2007 estavam formalmente constituídos no Paraná três territórios (Centro-Sul, Paraná Centro e Cantuquiriguaçu), processo que é encabeçado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em todo o Brasil. Nesta linha de desenvolvimento agrário e, principalmente, do apoio à agricultura familiar, foco deste ministério, foi desenvolvido o programa da Rede TRAF. Esta é uma rede coordenada pelo MDA e pelo Ministério do

Turismo (MTur) que articula, junto a técnicos, instituições e representações do Brasil, estratégias para promoção do desenvolvimento rural sustentável “mediante a implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares” (WELTER, 2006, p.17).

Além desta rede de cooperação técnica atuante na região compreendida no presente trabalho, podemos citar o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que possui papel fundamental no processo de desenvolvimento integrado do turismo no território. Parte do Macro-Programa intitulado “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística”, esse programa tem o intuito de criar “um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões” (MTUR, 2004, p.11).

Para isto possui como governança a ADECSUL (Agência de Desenvolvimento do Sul e Centro-Sul do Paraná). Segundo o MTur (2005), governança “é uma organização representativa dos poderes público e privado, da sociedade e dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa de Regionalização do Turismo em âmbito regional”. É por este motivo que a ADECSUL possui uma Câmara Setorial de Turismo, com representantes dos municípios da região. Ressalta-se que a área de atuação da ADECSUL engloba 19 municípios, sendo 10 do Território Centro-Sul (exceto Ivaí, Ipiranga e São João do Triunfo), e possui como denominação o nome de “Terra dos Pinheirais”.

O Território Centro-Sul do Paraná é oficialmente formado por 13 municípios, situados na região entre os municípios de Curitiba, Ponta Grossa e Guarapuava, importantes pólos de desenvolvimento do Paraná. Todos os municípios do território são membros da AMCESPAR (Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná), exceto Ivaí, Ipiranga e São João do Triunfo, que são membros da AMCG (Associação dos Municípios dos Campos Gerais).

Abaixo temos alguns dados dos municípios e a comparação com o estado do Paraná:

TABELA 1 – CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Município	População (2003)	Área (Km2)	Índice de Pobreza*	IDH (2000)	Índice Gini	Analfabetismo**	Ano de Fundação
Fernandes Pinheiro	6.483	414,6	50,87	0,711	0,60	13,09	1997
Guamiranga	7.447	216,1	57,04	0,702	0,53	9,51	1997
Imbituva	26.377	805,5	39,39	0,727	0,58	7,20	1881
Inacio Martins	10.096	923,4	54,60	0,690	0,64	13,30	1960
Ipiranga	13.529	907,6	42,47	0,728	0,57	10,50	1894
Irati	53.395	998,3	31,20	0,743	0,56	6,85	1907
Ivaí	12.036	597,2	48,36	0,701	0,55	12,26	1961
Mallet	12.847	766,1	34,21	0,761	0,58	5,61	1912

Prudentópolis	46.140	2.280,1	49,48	0,733	0,58	10,00	1906
Rebouças	13.883	482,2	48,39	0,711	0,57	9,70	1930
Rio Azul	13.213	594,2	41,40	0,738	0,53	6,57	1930
São João do Triunfo	12.418	717,1	56,43	0,679	0,58	11,15	1890
Teixeira Soares	8.243	893,7	41,76	0,738	0,58	9,37	1917
PARANÁ	9.563.458	199.281	23,69	0,787	0,61	9,03	-

* Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,50 em 2000.

** Percentual de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas em 2000.

FONTES: Sistema de Informações Territoriais – Ministério do Desenvolvimento Agrário
Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2000

Alguns dos piores indicadores sociais do Paraná se encontram no Centro-Sul, como pôde ser notado pela comparação entre os dados sociais entre os municípios da região com o do Estado do Paraná como um todo. Vemos que não há nenhum município com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual ou acima da média estadual, o que também ocorre no índice de pobreza, com números bem acima da média do Paraná.

POTENCIAL TURÍSTICO DO CENTRO SUL DO PARANÁ

O Território Centro Sul do Paraná possui elevado potencial para diversos tipos de turismo, principalmente aqueles inseridos em áreas naturais, ou seja, fora das zonas urbanas dos municípios. Destacam-se entre as diversas modalidades de turismo em áreas naturais o turismo rural, o ecoturismo e o turismo de aventura, devido principalmente a esses fatores:

- O território possui consideráveis áreas preservadas de florestas com araucárias (ou floresta ombrófila mista). Considerando-se que este bioma é um dos mais ameaçados de extinção no Brasil (do território original no Paraná restam apenas 0,8% – Sociedade de Proteção da Vida Selvagem, 2004 *apud* ING, 2006) podemos perceber a sua importância estratégica, não só para a atividade turística como para a manutenção da qualidade ambiental do Paraná. Este fato não significa que a floresta com araucárias está preservada na região. São problemas bastante comuns a venda ilegal de madeira, o avanço das lavouras, inclusive transgênicas, e o crescente uso de agrotóxicos.
- Constatamos a existência de um sistema agrosilvopastoril único no mundo e característico do território, conhecido pelo nome de faxinal. O Sistema Faxinal constitui-se em uma forma histórica de organização social da produção que conseguiu com maior sucesso a preservação do meio ambiente inserido, principalmente se comparado com outras formas organizacionais de produção. Possui como característica a coexistência entre o uso

comum e a posse privada da terra, assentando-se em três bases: criação extensiva de animais em áreas comuns, extração de erva mate e secundariamente de madeira, também dentro de criadouro comum e a policultura alimentar nas terras de planta circunvizinhas (CHANG, 1985). Atualmente existem apenas 27 faxinais no território, de um total de 44 no estado, em diferentes graus de preservação. Em meados de 1995 existiam cerca de 152 faxinais no estado.

- Parte do território encontra-se situado na Serra da Esperança, na divisa do segundo com o terceiro planalto paranaense. Graças a esse fato essa região possui grande beleza devido às montanhas e serras locais, às dezenas de grandes cachoeiras que se formam e a presença, em menor número, de grutas e *canyon*. Assim sendo, nota-se um grande potencial para o turismo de aventura, com a prática de diversos esportes radicais, como o rapel, montanhismo, tirolesa, *trekking*, *biking*, *rafting*, *canioning*, *cascading*, entre outros. No Território Centro-Sul a Serra da Esperança abrange os municípios de Prudentópolis, Irati, Rio Azul, Inácio Martins e Mallet.
- Cerca de 48% da população do território vive na zona rural, sendo que a maioria dos residentes são agricultores familiares. 89,3% das famílias rurais da região são pequenos produtores, possuem terras com áreas inferiores a 50 ha (IBGE, 2000). Além disso, os costumes de muitos desses agricultores remontam às características dos antepassados ucranianos e poloneses, que chegaram no Brasil, em especial ao Centro-Sul do Paraná, no final do século XIX e início do século XX.
- Entre os municípios de Irati e Fernandes Pinheiro está situada a Floresta Nacional (FLONA) de Irati, criada em 1968 e possuindo uma área de 3.495 ha. Em seu interior encontramos áreas de floresta com araucária nativa e áreas reflorestadas. A visitação é possível com hora marcada. A FLONA atende grande número de estudantes, caracterizando um turismo técnico-científico.
- Encontra-se implementado no território o Circuito Polonês-Ucraniano de Turismo Rural de Mallet. É um roteiro temático de turismo rural, que conta com aproximadamente 50 pontos turísticos ao todo, incluindo igrejas típicas polonesas e ucranianas, cachoeiras, grutas, morros, pesque-pagues, recantos, sítios, cantinas. O roteiro é dotado de placas indicativas, loja de artesanato e uma unidade do “Chalé do Produtor”, local destinado para divulgar e comercializar os produtos dos agricultores familiares da região, servindo

também de ponto de informações turísticas. O ponto de destaque do roteiro é a Estância Hidromineral Dorizzon.

- No município de Prudentópolis encontramos agência de receptivo que fornece para os visitantes opções para prática de turismo de aventura e ecoturismo. O município também faz parte do Roteiro do Imigrante, projeto criado pela Cooperativa Paranaense de Turismo em conjunto com as cooperativas de alguns municípios do estado. Dentre os atrativos do roteiro, inclui-se a visitação a algumas dessas cooperativas e a visitação temática dos atrativos, de acordo com sua colonização.

Além do turismo em áreas naturais, a região possui bom potencial para outras modalidades de turismo, que são:

- **Turismo histórico-cultural e religioso:** Em algumas áreas da região, devido ao grande número de imigrantes poloneses e ucranianos, a cultura desses povos continua preservada. Junto com a cultura peculiar, temos a arquitetura das dezenas de igrejas de rito ucraino-católico, a existência de alguns grupos folclóricos, a gastronomia típica, entre outros.
- **Turismo Gastronômico:** Além da gastronomia típica dos imigrantes europeus da região, temos eventos que divulgam outros pratos característicos, como o Borrego no Rolete, em Irati e o Peru com Morango, em Teixeira Soares.
- **Turismo de Eventos:** São organizados no território alguns eventos responsáveis por considerável fluxo de visitantes até os municípios. Os temas dos eventos são diversos, sendo que há eventos gastronômicos, atacadistas, religiosos, agropecuários, entre outros. Há eventos em praticamente todas as épocas do ano, apesar de não serem trabalhados de forma conjunta e/ou integrada. Dentre eles se destacam pelo elevado número de visitantes a Feira de Malhas de Imbituva, o Rodeio de Irati e a Festa do Pêssego e Borrego no Rolete em Irati, a KiwiFest de Mallet e o Fest in Rio, em Rio Azul.

Dos 13 municípios do território onze possuem algum órgão oficial de turismo (exceto Fernandes Pinheiro e Ipiranga). Destes 11, apenas 5 possuem um órgão exclusivo para o turismo, sendo que somente em Prudentópolis este órgão possui a importância de uma secretaria. Além disso, somente dois municípios possuem plano de desenvolvimento turístico (Irati, de 2006, e Prudentópolis, de 2001) e nove municípios possuem inventário turístico concluído. Apenas seis Conselhos Municipais de Turismo encontram-se ativados nos

municípios: Inácio Martins, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis e Rio Azul, alguns deles pouco atuantes.

TABELA 2 – ÓRGÃOS OFICIAIS DE TURISMO DO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Município	Órgão Oficial de Turismo	Inventário Turístico concluído	Plano de Desenvolvimento Turístico
Fernandes Pinheiro	Não possui	Não possui	Não possui
Guamiranga	Setor de Turismo	Possui, de 2001	Não possui
Imbituva	Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	Possui, de 2005	Não possui
Inácio Martins	Departamento de Turismo	Possui, de 2005	Não possui
Ipiranga	Não possui	Não possui	Não possui
Irati	Departamento de Turismo	Possui, de 2006	Possui, de 2006
Ivaí	Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	Possui	Não possui
Mallet	Departamento de Turismo	Possui, de 2005	Não possui
Prudentópolis	Secretaria de Turismo	Possui, de 2001	Possui, de 2001
Rebouças	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	Não possui	Não possui
Rio Azul	Coordenação de Turismo	Possui, de 2006	Não possui
São João do Triunfo	Coordenação de Cultura e Turismo	Possui.	Não possui.
Teixeira Soares	Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	Não possui	Não possui

FONTES: Prefeituras Municipais e SETU – Secretaria de Estado do Turismo do Paraná

O território possui apenas um curso superior de turismo, a da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO – em Irati, cuja sua primeira turma se formou no final do ano de 2006.

Quanto aos meios de hospedagem vemos que, apesar do razoável número de hotéis, estes se concentram em poucas localidades do território. Especificamente em relação ao turismo no meio rural, o território possui três meios de hospedagem cadastrados junto ao MTur: Pousada Fazenda Virá (Fernandes Pinheiro), Estância Dorizzon (Mallet) e Hotel Pousada Ózera (Prudentópolis). Além destes, há mais onze meios de hospedagem cadastrados junto ao MTur, sendo 1 em Rio Azul, 1 em Fernandes Pinheiro, 1 em Imbituva, 4 em Irati e 4 em Prudentópolis (MTUR, 2007).

Há 05 agências de viagem cadastradas, sendo 3 em Irati e 2 em Prudentópolis. Também há 8 transportadoras turísticas cadastradas, sendo 3 em Irati, 2 em Mallet, 1 em Prudentópolis, 1 em Rio Azul e 1 em Teixeira Soares. Quanto aos guias de turismo, há apenas uma cadastrada junto ao MTur em todo o território, de Irati (MTUR, 2007).

De acordo com estes números, nota-se grande concentração dos equipamentos turísticos do território em apenas dois municípios: Prudentópolis (pelo grande potencial turístico já explorado comercialmente) e Irati (pela importância econômica e política na região). Um município que se destaca dos demais nesse sentido é Mallet que, por possuir um circuito de turismo rural e uma importante estância hidromineral (que recebe turistas de âmbito nacional), vem conseguindo aos poucos atrair mais visitantes para o território, atraindo o interesse de pequenos proprietários do município para o turismo. Este é o exemplo mais bem sucedido da Rede TRAF na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por alternativas ao modelo atual de desenvolvimento, em sua essência economicista, faz-se urgente e necessária para que cada vez mais agentes impactados nesse processo tenham direito à participar do planejamento regional e serem contemplados com os impactos positivos que as atividades prioritárias podem gerar. Ou seja, faz-se necessário ampliar a abrangência dos impactos positivos para o maior número de pessoas possível.

O governo federal, com o Programa de Regionalização do Turismo, busca alcançar este objetivo por meio do agrupamento de localidades com características e interesses comuns em torno de instituições que tenham voz no processo de planejamento turístico regional.

No caso do Território Centro-Sul do Paraná, vemos que o número de conselhos municipais de turismo ainda é muito pequeno (quatro conselhos em 13 municípios), bem como o número de órgãos oficiais específicos de turismo (apenas cinco). O que ocorre é a acumulação de atividades dentro de apenas um órgão oficial municipal, sendo que geralmente o turismo não recebe a devida importância que merece.

Quanto à questão ambiental vemos que o processo de desenvolvimento regional ocorre de forma a não contemplar na prática a preservação e/ou utilização racional dos recursos naturais sendo que, apesar de possuir uma cobertura vegetal acima da média estadual, está muito abaixo dos 20% previstos por lei.

Vemos que, mesmo sendo uma região caracterizada pela cultura peculiar, pelas pequenas propriedades rurais, pelo grande potencial turístico e ainda pouco cobiçada por grandes empresas de diversas áreas, o Centro-Sul não promove um desenvolvimento

condizente com o que sua realidade demanda. A pobreza de seu povo, a pouca preocupação ambiental, a fragilidade de suas organizações e a pequena articulação de seus agentes fazem com que a sustentabilidade de seu desenvolvimento esteja cada vez mais distante.

Apesar desses problemas, a simples criação de órgãos que pensem o território de forma conjunta e que buscam articular todos os seus agentes já é motivo de comemoração por parte da comunidade. O processo rumo a um desenvolvimento sustentável é longo, ainda mais em uma região atrasada economicamente, mas não é impossível, de forma que a consolidação e validação destes órgãos perante a sociedade com certeza já facilita o processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Base de Dados**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 02 mai 2008.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Sistema de Informações Territoriais**. Disponível em < <http://www.mda.gov.br>> Acesso em 02 mai 2008.

BRASIL, Ministério do Turismo - MTur. **Base de Dados**. Disponível em: < <http://institucional.turismo.gov.br>> Acesso em 02 mai 2008.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – Introdução à Regionalização do Turismo**. Brasília, 2007. 69 p.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – Turismo e Sustentabilidade**. Brasília, 2007. 126 p.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). **Turismo e Geografia – Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

CHANG, MAN YU. **Sistema faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1985. p.123.

CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ. **Território Centro-Sul do Paraná**. 1 folder. Irati, 2006.

COOPERATIVA PARANAENSE DE TURISMO. **Roteiro do Imigrante**. Disponível em < <http://www.cooptur.coop.br>> Acesso em: 02 mai 2008.

INSTITUTO OS GUARDIÕES DA NATUREZA - ING. **O Território Centro-Sul do Paraná**. Prudentópolis, 2006. 36 p.

MORAES, S. T. Considerações sobre a produção do “espaço” turístico na contemporaneidade. **Turismo – Visão e Ação**, Itajaí, v. 6, n. 3, p. 277-293, 2004.

PARANÁ, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Base de Dados**. Disponível em < <http://www.ipardes.gov.br> > Acesso em 02 mai 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Turismo. **Base de Dados**. Disponível em: < <http://www.pr.gov.br/turismo> >. Acesso em 02 mai 2008.

RATTNER, Henrique. **Planejamento e Bem-Estar Social**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Desenvolvimento Sustentável e Turismo - Implicações de um novo estilo de desenvolvimento humano na atividade turística**. Blumenau: Edifurb; Florianópolis: Bernúncia, 2004.

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE. **Base de Dados**. Disponível em < <http://www.paranacidade.org.br> > Acesso em 02 mai 2008.

WELTER, Elton. **Turismo Rural na Agricultura Familiar: Lei Regulamenta a Atividade no Paraná**. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 2006. 18 p.